Sociologia da instabilidade – princípios

Resumo

*A vida distingue-se do resto do mundo material pela sua especial imprevisibilidade. O que suscita uma característica de empatia e solidariedade entre os seres vivos, intuitivamente conscientes da instabilidade da sua existência. Porém, ao mesmo tempo, em competição e alternância, a vida gera ciúme, competição, agressividade intencional, que embora não possa atingir a mesma violência da matéria não viva não deixa de ser típica.*

*As modas são também de estados de espírito: por vezes inspirados pelos prazeres da partilha e da comunhão, outras vezes pelo desprazer da discriminação e da exclusão. As ciências sociais também adoptam este balanço, por exemplo, entre a coerção da estrutura e dos controlos sociais e a pró-actividade com respeito dos princípios de direito moderno, a liberdade e a igualdade. O poder, de um lado, as condições de vida, do outro lado. E estas últimas têm sido negligenciadas, no seu aspecto bio-doutrinário. É como se os indivíduos sociais não tivesse um corpo que nasce e morre e como, no intervalo de tempo da sua vida, são orientados e orientam-se por representações doutrinárias que dão sentido positivo ou negativo às respectivas vidas.*

Do ponto de vista da engenharia, é claro que há estruturas tecnológicas manipuláveis, transformáveis, ainda que com custos diferentes conforme a sua dimensão e a sua inserção em redes de infraestruturas – não é escolha útil decidir não respeitar a norma internacional de carris de comboio ou de tradução de impulsos electrónicos em caracteres escritos, pois uma tal liberdade colocará quem fizer essa escolha isolado do resto do mundo. Deste ponto de vista, o da utilização das infraestruturas, não se pode dizer que haja escolha para os utentes. Estes podem escolher diferentes fornecedores de serviços finais – de gás ou de electricidade ou de água – só quando e na medida em que isso é previamente organizado por quem comanda as infraestruturas. As escolhas são tanto mais limitadas quanto as infraestruturas são maiores, quanto mais usam economias de escala.

Comparando com o que se passa nas ciências sociais, quando se fala de estruturas sociais que se opõem aos indivíduos, parece estar-se a falar do estado e das empresas, enfim, das organizações, que impõem aos indivíduos escolhas sem opção, tanto mais difíceis de contrariar quanto maiores sejam essas organizações. Porém, como as organizações trabalham com indivíduos lá dentro, e são eles quem as faz funcionar, ao contrário de na engenharia – onde os materiais são manipuláveis por máquinas e, uma vez instalados, ficam em posição durante o período de vida das infraestruturas, tempo que pode ser previsto e calculado. Nas organizações, as pessoas são previsíveis apenas enquanto tenham vontade de respeitar as normas. A tendência para a vida de comportar contra as previsões de estabilidade é substancialmente maior do que a mesma tendência no caso dos materiais não vivos. As organizações resistem à mudança, mas transformam-se paulatina ou abruptamente, temporária ou definitivamente, em função dos estados de espírito das pessoas que lhes dão vida, eventualmente modificados por novas tecnologias sociais ou maquinais.

Conforme as pessoas entendam as organizações como antagonistas ou protectoras, assim o diferente estado de espírito faz da resistência ou da aprendizagem a orientação dominante da acção individual e colectiva.

Quem pretende entrar ou entrou há pouco tempo numa organização, tende a ver e sentir mais o seu lado protector. Quem é contrariado por ser parte de uma organização, resiste. Resiste contra si próprio, adaptando-se. Resiste contra a obrigação de se comportar com lhe é exido, escapando aos controlos ou organizando uma contra organização dentro da organização para a forçar a trabalhar de modo a não sentir tanto a necessidade de adaptação.

As organizações, para quem está de fora ou acaba de chegar, tem um aspecto, descrito num organigrama formal. Com a experiência, que é local e subjectiva, cada pessoa vai criando uma imagem da organização informal, de modo a adaptar-se a ela e a saber como fazer para lhe resistir ou para a organizar de outro modo. Nas pequenas organizações, a influencia de cada pessoa é maior do que nas organizações maiores. Porém ele há fenómenos sociais de transformação em que o estado de espírito geral, induzido pelas organizações maiores de todas, influencia de tal maneira a possibilidade de colaboração ou resistência dentro das organizações que há algumas que deixam de poder continuar a trabalhar e outras, anteriormente inimagináveis ou inviáveis, passam a ter boas condições de funcionamento e surgem espontaneamente.

Podem ser escolas, centros de saúde, empresas em sectores de ponta ou de sectores tradicionais, organismos de estado, associações profissionais ou cívicas ou políticas, etc.. Há épocas históricas favoráveis e desfavoráveis ao seu aparecimento, crescimento, capacidade de influência na vida das sociedades, isto é, das pessoas que vivem em organizações maiores e com regras menos rígidas e formais do que aquilo a que chamamos vulgarmente organizações (lugares de presença temporária e utilitária, para obter rendimentos ou para pagar serviços). As sociedades são organizadas na medida em que estão dentro de fronteiras políticas, sob orientação de regras constitucionais formais que se aplicam de forma particular, consoante o estado de espírito das pessoas – o estado de espírito dominante e os outros estados de espírito menos influentes, mas que são vividos também. Estado de espírito de colaboração, de que depende a legitimidade das instituições. As instituições são o arranjo formal e ideal que é percebido como realmente existente e funcional – apesar dos defeitos de funcionamento que sempre acontecessem nas organizações. Para o cidadão, as instituições são observadas de fora. São meramente formais. Quem trabalha em organizações cujo objectivo é materializar as funções institucionalmente previstas, dá para perceber que há ali muita coisa a funcionar ao arrepio do que devia ser ou se imaginaria que fosse, à distância. Porém, quanto maior são as organizações menos as pessoas podem ter uma visão de conjunto. É sempre possível desligar o funcionamento ideal das instituições e o funcionamento quotidiano, de uma parte da organização. Esta parte pode e é frequentemente avaliada, por trabalhadores e utentes. O todo, o conjunto das organizações cuja legitimidade é o cumprimento de funções institucionais, é sempre idealizado. É reduzido à sua forma abstracta e as práticas informais são ignoradas, para melhor se entender o todo. É a diferença entre a teoria e a prática, ou a lei produzida pelo legislador e a lei na prática dos tribunais, ou as teorias sociais e o funcionamento das sociedades humanas.

Mouzelis (1995), ao analisar o estado da teoria social, percebe que o estado de espírito dominante entre os investigadores sociais recomenda-lhes que reduzam aquilo que observam às interferências imediatamente visíveis entre as pessoas e compensem essa operação com a reificação, com a separação, entre essas relações intra ou interpessoais e os diversos níveis de organização social encadeados uns nos outros, que fazem as sociedades. Há, evidentemente, um obstáculo realmente intransponível entre as concepções de individuo e sociedade, como entre a célula e o organismo na biologia (Damásio 1994). Obstáculo que se multiplica, ou, antes, resulta de um fenómeno prévio e mais profundo, identificado por muitos autores, mas jamais ultrapassado: o método cartesiano de separar pedaços de realidade para análise separada e para justaposição posterior, como se faz na anatomia e em todo o lado. Com as peças de uma máquina, idealmente, desmontando-a e voltando a montá-la, como fazem os espiões industriais, é possível não perder muita informação. No caso da vida, seja ela orgânica, seja ela social, a análise de um pedaço, mesmo que criteriosamente escolhido, não permite a montagem da vida, como o demonstra a história do Frankenstein.

A organização das ciências sociais e a sua subordinação às políticas de ciência, eventualmente apropriadas às ciências naturais, tem gerado uma hiperespecialização, um isolamento dos diferentes temas e equipas de investigação e de profissionalização, cuja funcionalidade para a produção de conhecimentos tem sido contestada (Lahire 2012:319-356). Na prática, pode também notar-se uma tendência geral nas ciências sociais para se atender de forma desequilibrada àquilo que é o poder, em detrimento de outras duas dimensões igualmente mais importantes que outras, no sentido da influência generalizada nas populações e nas organizações; a saber, a vitalidade ou a saúde das populações e a sua capacidade de empatia com as identidades sociais através das quais se organizam as existências pessoais e sociais (Therborn 2006;3; Lahire 2012:125).

As ciências sociais têm-se desenvolvido centradas no poder, no respeito e resistência às orientações emanadas das organizações, e alheadas ou pelo menos mais distantes das sensibilidades de crianças e os idosos, mulheres e não nacionais, doentes e pessoas menos dispostas a batalhar para adquirir poder. A parte não competitiva das pessoas, as suas disputas identitárias e as suas lutas pela saúde, nas famílias e também as organizações de acompanhamento das crianças, jovens, mulheres e idosos, está menos prezada. Abrindo campo à demografia, por sua vez reduzida quase sempre a uma técnica auxiliar das ciências sociais para produção de dados, desligada dos problemas de base referidos.

É natural, se esta descrição é realista, que as ciências sociais, de costas viradas para os fenómenos sociais de base – a construção das pessoas com capacidades de resiliência face ao meio, social e ambiental – tenham necessidade de reduzir a observação que fazem do real à parte aparentemente mais estável da vida social, aquela mais relevante para as disputas de poder, ignorando aquilo que é a própria base material do poder: a existência da própria espécie humana, na sua diversidade, como resultado da evolução da vida na Terra. Para as disputas locais de poder, tomar a cargo uma tal vastidão de objecto de estudo parece ao mesmo tempo irrealista e inútil. Porém, é precisamente aqui, com a decisão de reduzir a sociedade às fronteiras políticas de um país qualquer e de a tratar como se fosse eterna, como se tivesse sido sempre assim e dificilmente puder deixar de ser como é, por via da imposição estrutural do estado (Kuhn 2016), que as ciências sociais se impedem de aspirar a vir a constituir-se como uma ciência com a mesma credibilidade das outras ciências.

Há, claro, que fazer acolher um diagnóstico deste tipo por parte dos sociólogos. Porém, tal como na política, a crítica não resolve o problema principal. Ele é, como os profissionais das ciências sociais se devem passar a identificar, e a justificar o seu labor para si mesmos, a partir da sua redução a funcionários públicos servos dos poderes do dia?

Não há respostas simples. Visto que a perspectiva de trabalhar a favor da ciência, da produção de saberes e sabedorias está arredada de grande parte dos profissionais. A separação entre produtores de conhecimentos nas universidades e de aplicadores de conhecimentos na vida prática estrutura a vida social actual. Ainda que a tradição de transformar a filosofia social em ciência possa ser retomada como justificação para o processo de transformação que poderá responder às críticas acima sintetizadas. Mote que pode ser mobilizador do trabalho de ensino aprendizagem, como acabou por acontecer na introdução de cursos de ciência e engenharia nas universidades a eles avessas.

Não vale a pena ignorar que as organizações mudam estruturalmente apenas quando haja ambiente social que lhes permitam aventurar-se assim. E a mudança de atenção requerida, a atenção às partes baixas da vida social, digamos assim, tem sido feita em alturas históricas anteriores, mas com luta dos que entendem ser negativa tal atenção e preferem deixar a natureza fora das cogitações das teorias sociais.

Nesse sentido, de forma pragmática, identificar a biologia e o direito, as ciências da saúde e as ciências doutrinárias, como ajudas a procurar para abrir as ciências sociais a novas realidades até agora alheias aos estudos sociais, é uma recomendação que, ao mesmo tempo, mostra a complexidade da tarefa e a necessidade de colaboração de terceiros, de quem estamos actualmente alheados por níveis de prestígio hierárquico e funcional, e por capacidades cognitivas e metodológicas distintas.